



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Jadyel Alencar – Republicanos/PI

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (PL 2338/23)

REQUERIMENTO Nº , DE 2025
(Do Sr. Jadyel Alencar)

Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão Especial sobre Inteligência Artificial - Projeto de Lei nº 2.338/2023, para tratar sobre os desafios e as oportunidades do uso da Inteligência Artificial (IA) na Educação.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa. nos termos do inciso II do Art. 24 e do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para tratar sobre os desafios e as oportunidades do uso da Inteligência Artificial (IA) na Educação. Esse debate tem o objetivo de discutir acerca do tema centrado em seu impacto na eficiência dos serviços educacionais no país, além de subsidiar a formulação de diretrizes e propostas legislativas sobre o tema. Para uma discussão ampliada baseada no compartilhamento de experiências das instituições e seus respectivos especialistas, assim como representante do Conselho Nacional de Educação (CNE), indico os seguintes convidados:

1. Representante do Conselho Nacional de Educação – Professor Israel Batista;
2. Representante da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil - ANEC;
3. Representante da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas - ABIEE;
4. Representante da Fundação Lemann;
5. Representante do Todos Pela Educação; e
6. Representante da EDUCAFRO.

JUSTIFICAÇÃO



A realização de uma audiência pública na Comissão Especial da Câmara dos Deputados para discutir os desafios e as oportunidades trazidas pela Inteligência Artificial (IA) no campo da Educação é essencial frente à rápida evolução dessa tecnologia e às profundas transformações que ela impõe ao sistema educacional. Trata-se de uma discussão de extrema importância não apenas sob a ótica pedagógica, mas também pelos seus desdobramentos éticos, sociais e políticos. A presença da IA nas escolas e universidades não se limita a questões técnicas — ela impacta diretamente as práticas docentes, os métodos de avaliação, os processos de aprendizagem e até mesmo a compreensão do que significa ensinar e aprender.

Um dos efeitos mais visíveis é a mudança que a IA traz no processo educacional é o papel do professor. Com a IA assumindo tarefas como a correção de provas ou a sugestão de conteúdos personalizados, surge a necessidade de refletir se a tecnologia deve substituir onde possível ou somente apoiar o trabalho docente. Isso exige reconhecer que o educador é, acima de tudo, um mediador de dimensões humanas, culturais e éticas. Além disso, a capacidade da IA de personalizar o ensino pode, por um lado, tornar o aprendizado mais eficaz e inclusivo, especialmente para estudantes com dificuldades; mas, por outro, traz o risco de aprofundar desigualdades caso o acesso às tecnologias não seja universal ou os algoritmos reproduzam vieses.

Outra transformação importante ocorre nas formas de avaliação. Ferramentas de IA já estão sendo utilizadas para mapear o desempenho dos alunos, prever evasões e identificar lacunas na aprendizagem. Apesar do potencial dessas análises para orientar políticas educacionais, é crucial discutir até que ponto a aprendizagem pode ou deve ser medida apenas por dados automatizados, sem perder de vista competências humanas como criatividade, pensamento crítico e sensibilidade ética.

A desigualdade digital é outro ponto de atenção. A adoção da IA pode acentuar a distância entre instituições com ampla infraestrutura tecnológica e aquelas situadas em contextos mais vulneráveis. Por isso, é fundamental vincular o debate sobre IA a políticas públicas que promovam acesso equitativo, formação adequada de professores e inclusão tecnológica. Também é preciso considerar os aspectos éticos envolvidos no uso de dados educacionais. Questões como privacidade, consentimento e controle sobre os dados dos estudantes devem ser enfrentadas com transparência e responsabilidade.

Por fim, a introdução da IA no ambiente escolar exige uma reavaliação das competências que queremos desenvolver nos alunos. À medida que certas tarefas são automatizadas, habilidades como colaboração, criatividade, ética digital e capacidade de lidar criticamente com a tecnologia se tornam cada vez mais relevantes. Assim, discutir a presença da IA na educação é também repensar o próprio currículo e o sentido da formação escolar diante das exigências de um mundo em constante mudança.

Diante disso, a audiência pública se justifica como um espaço indispensável para refletirmos coletivamente sobre como aproveitar os benefícios da IA na educação, ao mesmo tempo em que construímos salvaguardas que assegurem justiça social, inclusão e respeito aos direitos dos estudantes. A inteligência artificial não é neutra, tampouco um destino inevitável — ela é resultado de decisões humanas e, por isso, precisa ser objeto de debate democrático. É fundamental que o setor educacional assuma protagonismo na construção desses caminhos, contribuindo para políticas públicas que não apenas



respondam às inovações, mas as orientem em favor do bem comum. Conto, assim, com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2025.

Deputado JADYEL ALENCAR
Republicanos/PI

Apresentação: 14/07/2025 12:20:36.330 - PL2338

REQ n.125/2025



CD257701473900